



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



**ENTRE O SILÊNCIO E A VISIBILIDADE:
A LUTA POR RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE SURDA**

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da
Universidade Federal de Minas Gerais

R. Dona Alexandrina, 28, fcos, Bairro Pedro II, Belo Horizonte-MG, CEP 31230-030

Telefone: (31) 3411 6673

regianelog@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir questões referentes à luta histórica da comunidade surda por reconhecimento da identidade coletiva permeada pela Língua de Sinais e por um modo de vida particular, vivido em uma cultura visual. Para tanto, no artigo proposto pretende-se articular essa luta com um importante aliado: os meios de comunicação, responsáveis por dar visibilidade a esse grupo e às suas potencialidades.

Palavras-chave: surdos, identidade, reconhecimento.

INTRODUÇÃO

Embora se esteja em um momento em que a inclusão social é alardeada por todos os cantos como a solução contra a desigualdade e o preconceito, muitos ainda

sofrem a discriminação por terem um modo de vida fora dos padrões cristalizados da normalidade. A comunidade surda sofreu e ainda sofre tais tipos de preconceito, acompanhados de situações de desprezo e de desvalorização oriundas da falta de reconhecimento de uma identidade delineada por uma cultura visual.

A modernidade chegou e, com ela, a reconfiguração de um conjunto de paradigmas que rompe com os padrões estáveis de referências ancoradas na tradição. O movimento surdo e a construção da identidade por esses indivíduos constituem um exemplo disso. Depois de séculos de discriminação declarada, reificada pelas tradições, na década de sessenta surgem os principais movimentos organizados de reafirmação da cultura e da identidade surda, em que o foco das ações é a luta por reconhecimento. Isso significou uma descontinuidade da ordem social vigente que pregava a “normalização” dos surdos, ou seja, desestabilizou as idéias de que os surdos deveriam ser iguais aos ouvintes, de que deveriam se comunicar como estes, abrindo mão de uma identidade coletiva.

Com o surgimento de associações dos surdos e da organização de uma comunidade política, vários meios foram utilizados para a busca desse reconhecimento, tais como os meios de comunicação institucionais. O presente artigo pretende mostrar como os surdos tematizam as questões relativas à própria identidade e à busca do reconhecimento, usando como instrumento a Revista da Feneis¹. Foram analisados 20 números, que circularam entre os anos de 1999 e 2004, sendo extraídos desse material vários depoimentos e reportagens que retratam essa luta.

BREVE HISTÓRICO DE EXCLUSÃO

A história dos surdos e a origem da exclusão podem ser contadas a partir de diversos recortes da história da humanidade. Na literatura mundial, os registros são os mais variados e vão desde o sacrifício até a escravização de surdos,

¹ A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos é uma entidade nacional, criada em 1987, que representa os surdos em suas reivindicações. A Revista da Feneis hoje não circula mais, por falta de recursos, mas até a última publicação, em 2005, possuía uma tiragem de 5 mil exemplares e era distribuída em instituições, escolas e órgãos governamentais.

considerados inferiores. Em outras sociedades, os surdos ficavam restritos a seus lares, por vergonha da família, tal situação perdura em algumas casas até hoje.

Mesmo com o surgimento da Língua de Sinais no século XVIII e sua utilização na educação dos surdos na França, o avanço dessa forma de comunicação durou pouco mais de um século. Ele foi abafado pela força da medicina e por correntes filosóficas que refutavam a possibilidade de se comunicar e de ensinar através dos gestos. Em 1750 surge o método oralista, que considera a surdez como sendo uma patologia crônica, restrita a uma lesão no canal auditivo que impede a aquisição da língua. Para os defensores do modelo médico, a voz é o único meio de comunicação e de educação. Nesse sentido, intervenções clínicas, segundo os médicos e fonoaudiólogos, podem corrigir a surdez e induzir à fala.

Em 1880, esse método foi oficialmente adotado no Congresso de Milão. Desde então, foram excluídas todas as possibilidades de uso das línguas de sinais nas instituições ou nas escolas que recebiam surdos. Orientada pelos professores, a família também passou a adotar o método em casa. Seguiram-se anos de extrema repressão, em que simples gestos eram considerados caminhos para a língua de sinais e, portanto, estavam expressamente proibidos. No auge do oralismo, aquele surdo que utilizasse sinais era severamente punido (SKLIAR, 1998, p. 7).

Durante o período em que predominou a ideologia oralista, alguns surdos continuaram a promover reuniões. Esses encontros nasceram puramente da necessidade de se comunicarem, de encontrarem um igual, pessoas que “falassem” a mesma língua e que se entendessem. Com o tempo, conquistas e experiências foram sendo comunicadas. Depois da implantação do oralismo, as reuniões passaram a ser uma forma de resistência da cultura surda, constituindo elas o único lugar onde a língua de sinais era usada, mesmo sendo proibida.

Daí surgiram as associações de surdos, que deram visibilidade à luta pela liberdade de usar a língua de sinais. A educação oralista não conseguiu atingir seus objetivos, mostrando-se ineficiente (PERLIN, 2002). Mas a língua de sinais só ganhou formalidade depois da publicação de pesquisas que comprovavam que ela tinha o mesmo *status* lingüístico de uma língua oral-auditiva. Diante dessas conquistas, em 1960 o oralismo deixa de ser obrigatório e a língua de sinais passa a ser aceita, mas até hoje ainda há resquícios do modelo médico e da tentativa de “normalização” ditada por ele.

HISTÓRIAS DE VIDA: TECENDO IDENTIDADES

A construção da identidade está diretamente ligada às relações interpessoais que os sujeitos estabelecem no meio onde vivem. A partir do entrelaçamento entre as experiências particulares dos indivíduos e a coletividade, surgem os processos de construção intersubjetiva, em que as experiências compartilhadas são fontes para novos padrões de identificação. Entretanto, sem a ação comunicativa tudo isso se torna inviável. As questões relacionadas a determinado grupo que sofre discriminação devem ganhar visibilidade e expressividade no espaço público, para que possam ser conhecidas, questionadas e negociadas. Essa articulação permite uma construção narrativa da identidade.

Para Hannah Arendt (1958), idéias, fatos e experiências devem ser comunicados, pois, ao deixar a subjetividade dos sujeitos rumo ao espaço público, aquilo que ainda estava no plano obscuro do pensamento se torna realidade através de uma comunicação intersubjetiva e passa a fazer parte de um conjunto compartilhado de idéias materializadas pelo discurso. Ao tomar conhecimento de determinadas questões, cada um de nós é, no caso das identidades estigmatizadas, a reconhecê-las ou não. Esse posicionamento interfere diretamente na construção das identidades, pois é diante da aprovação ou rejeição experimentada que os indivíduos passam a construir valores sobre si mesmos.

Além disso, essa dinâmica também é um processo dialógico: reconhecer e ser reconhecido. Quando isso ocorre de maneira a valorizar o sujeito, não como uma concessão gratuita, mas como um verdadeiro reconhecimento, a construção da identidade acontece de forma a fazer com que os sujeitos possam conquistar a auto-realização (TAYLOR, 1992). Com frequência, esses processos desestabilizam o senso comum que, muitas vezes, oprime e desvaloriza alguns grupos sociais. Só assim se abre um espaço para que grupos socialmente estigmatizados proponham novas formas de entendimento. Para os surdos, esse movimento dialógico se torna mais complexo, no que diz respeito à ação comunicativa localizada, já que a Libras (Língua Brasileira de Sinais) não é conhecida pela maioria dos brasileiros, o que dificulta uma comunicação direta na forma de diálogo.

Nesse sentido, a Revista busca funcionar como instrumento de comunicação que esclareça e levante questões sobre as identidades surdas e promova o reconhecimento. Um meio para suscitar esses questionamentos foi publicar, desde o primeiro número, vários depoimentos pessoais e histórias de vida para sensibilizar, além de outros surdos, também a opinião pública.

O ato de contar uma história particular ou o ato de dar um testemunho subjetivo são formas importantes de despertar a sensibilidade dos demais sujeitos de uma dada coletividade, podendo perfeitamente conviver com as formas de argumentação racional (MAIA; MARQUES, 2003, p. 10).

Então, a Revista da Feneis tece uma argumentação racional baseada nessas experiências autobiográficas que se revelam para que os sujeitos compartilhem experiências singulares, contribuindo para o debate e para a luta por reconhecimento.

Em vários desses relatos, surdos educados por meio de métodos oralistas mostram a grande revolução que aconteceu em suas vidas depois de descobrirem a cultura surda. Eles relatam suas experiências ao se reconhecerem como parte integrante de uma identidade coletiva, passando a ter outro entendimento sobre si mesmos. Ao conhecerem a cultura surda, muitos se identificaram, ao terem passado por situações semelhantes. Quando perceberam que não estão sós no sofrimento gerado pela discriminação, muitos passaram a ter recursos para superar as dificuldades enfrentadas, reconhecendo o próprio potencial de inserção nas relações sociais e se apropriando de uma igualdade moral e política para reivindicar direitos.

Os textos, ao relatarem a passagem da cultura oralista para a cultura surda e esse forte sentimento de pertença que aproximam os surdos, são, na maioria das vezes, comoventes. Essa passagem envolve não só uma mudança no modo de se comunicar, mas também o encontro com seus pares e o surgimento de um processo identitário marcado pelo convívio com outros surdos e pelo aprendizado que a Libras proporciona.

Aos doze anos adquiri a Língua de Sinais. Com certeza foi o momento mais feliz da minha vida porque pude ampliar meu universo de conhecimentos e fiz uma nova leitura da vida. Com a Língua de Sinais, pude “mergulhar” em mim e encontrar a minha verdadeira identidade. Entendi com maior clareza o significado de ser Surda e senti-me mais leve (REVISTA DA FENEIS, 2001, n. 5, p. 4).

Só quando eu tive acesso a Língua de Sinais na adolescência, depois de muito sofrimento e de negação da surdez, é que eu pude construir a minha identidade de pessoa Surda e com isso abriram-se as portas de “saber” sobre o mundo e comecei a compreender as coisas (REVISTA DA FENEIS, 2001, n. 9, p. 4).

Nesses exemplos é possível perceber o impacto causado sobre as vidas dos surdos ao conhecerem outros surdos que não são oralizados e que utilizam a Libras. Isso não significa aceitar a surdez com resignação, mas fazer dela elemento constituinte de sua identidade. Também não significa entender as identidades surdas de uma forma essencialista, como se as identidades fossem fixas e imutáveis.

...a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre a sua unidade. (...) Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 1999, p. 38 e 39)

Embora a surdez seja biológica, os entendimentos sobre as possibilidades e as restrições disponíveis aos surdos são construídos socialmente. Na medida em que os sujeitos convivem em espaços de interação, onde a linguagem altera o tempo todo os significados, a criação de novos entendimentos altera as identidades (SILVA, 2000, p. 84). Embora a surdez seja apenas um entre vários elementos constituintes das identidades, que variam de surdo para surdo, ela não deixa de ser o elemento agregador do movimento.

HISTÓRIAS DE PRECONCEITO E EXCLUSÃO

Outro assunto muito abordado nesses relatos é o preconceito e a exclusão, ancorados, na maioria das vezes nas tradições. Os indivíduos constroem suas interpretações do mundo assentados em algumas certezas básicas que estabelecem as fronteiras entre as inclusões e as exclusões que estão presentes nos auto-entendimentos (MAIA, 1999). Surge daí uma hierarquia de valores que se impõe ao sujeito provocando reações como vergonha, admiração, culpa ou respeito (SOUZA, 2000, p.100). Além disso, quando determinado estilo de vida é discriminado, além de sofrer injustiças, sente a construção da identidade abalada.

Preconceito, estigmatização, invisibilidade, representações simbólicas desvalorizantes, violência física e ostracismo são algumas formas de injustiças que impedem a plena realização dos indivíduos ou grupos como seres humanos e cidadãos. O desrespeito impede os indivíduos de construir identidades plenas e criam imagens que desvalorizam seus estilos de vida e ameaçam a dignidade de cidadãos moralmente capazes. (MARQUES, 2002, p. 51).

Diversas situações de isolamento, incompreensão e sofrimento são descritas pelos surdos como marcas de seus passados. Isso acontecia principalmente nas salas de aula, onde nem os colegas nem os professores tinham conhecimento da cultura surda. Essa violência simbólica impede que os surdos vivam a própria cultura e cria, em alguns deles, a idéia de que se adequar aos ideais de normalização é a melhor saída.

Durante as aulas na universidade, tenho de tolerar os constantes debates, seminários, oficinas, e outras modalidades de comunicação oral, sem entender nada. NADA! (REVISTA DA FENEIS, 1999, n. 4, p. 26).

Também não esqueço de uma professora, na segunda série. Ela me fez ler com a voz alta em frente da classe, todos riram e caçoaram da minha “voz diferente”, e a professora, ignorando a minha mágoa mandava eu ler “mais alto” e “mais baixo”, e por causa disso eu demorei muito para me liberar do trauma de “ler” publicamente. (...) quando o professor mandava formar equipes de 6 ou 7 pessoas para fazer trabalhos na sala de aula, não me convidavam e o professor “forçava” a minha entrada em qualquer equipe (...) Havia também muitos debates, trocas de experiências pessoais entre alunos e professores e eu perdia tudo isso olhando para a “parede” (eu ia às aulas somente para não levar falta)...” (REVISTA DA FENEIS, 1999, n. 9, p. 4).

O estabelecimento do estereótipo dificulta ainda mais a negociação das identidades e cristaliza o preconceito. A tentativa constante de correção sacrifica os surdos em nome de uma adaptação desnecessária. Qual a importância de um surdo ler mais alto ou mais baixo? E por que submetê-lo à leitura labial, sendo que existe o recurso dos intérpretes de Libras? Preocupados com a “normalização”, os oralistas prejudicaram a socialização, o aprendizado e, sobretudo, o reconhecimento dos surdos enquanto portadores de uma língua específica. A opressão deixou na invisibilidade os surdos por muito tempo. Enquanto isso, injustiças costumeiras ganhavam força no processo de imposição de uma imagem depreciativa, que passou a fazer parte de um imaginário cristalizado que considerava os surdos inferiores, coitados e doentes e que reforçavam as atitudes de desrespeito e constrangimentos.

Quantas vezes eu fui chamada de preguiçosa por não prestar atenção aos lábios do professor (...) Muitas vezes eu tive que engolir as gozações que

faziam, enfrentei preconceitos e brincadeiras de mau gosto, já vi falarem de mim: “coitada, ela é doente da cabeça” e eu, em vez de brigar, partia para a luta para mostrar que eu sou tão boa quanto eles e isso fez com que eu fosse aceita por muitos. (REVISTA DA FENEIS, 2001, n. 9, p. 26)

Para questionar essas atitudes de desrespeito e de preconceito, a Revista traz várias reivindicações sobre as políticas de inclusão, contidas principalmente nos primeiros números e nos editoriais. A comunidade surda luta para que a inclusão dos surdos se faça através do reconhecimento da Língua de Sinais, e não de maneira imposta pelo ouvintismo (dominação da cultura ouvinte). A reivindicação é pelo respeito à diferença e contra idéias de inclusão deturpadas, que acreditam nos velhos moldes de reabilitação oral.

EM BUSCA DO RECONHECIMENTO NA FAMÍLIA, NAS LEIS E EM SOCIEDADE

Segundo Charles Taylor (1992), o reconhecimento é uma necessidade vital para os seres humanos, pois nossa existência só é validada pela presença dos outros. A rejeição ou aprovação das pessoas que nos rodeiam fornecem meios para que os indivíduos construam um senso de valor sobre si mesmos. E isso só é possível através da interação, do diálogo e da negociação.

Nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, freqüentemente, pela falta de reconhecimento dos outros, e, assim, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um dano real, uma distorção real, e as pessoas ou a sociedade em torno deles lhes enviarem uma mensagem especular que expressa uma figura confinante (aprisionadora), depreciativa ou desprezível. O não-reconhecimento pode causar prejuízos, pode ser uma forma de opressão, aprisionando alguém num modo de ser falso, distorcido, reduzido. (TAYLOR, 1992, p. 43 e 44)

O oralismo significou, para os surdos, a imposição de um modo de vida que os aprisionou nos paradigmas da normalidade, distorceu e recriminou a imagem da cultura surda e o uso da língua de sinais. Isso prejudicou os processos de construção da identidade dos surdos, tanto coletiva quanto individual.

Por outro lado, é preciso entender que o reconhecimento ultrapassa a tolerância ou a cortesia daqueles que apenas aceitam os outros, numa posição de conformidade. Ela deve ser uma real construção intersubjetiva da aceitação da diferença. Isso se dá a partir do discurso daqueles que almejam outra forma de representação e de como os outros atores sociais recebem e aceitam esses

argumentos. Afinal, o reconhecimento envolve, não só as vontades daqueles que o buscam, mas também as vontades daqueles que reconhecem. Tudo isso, por meio da negociação de sentidos. “É uma dinâmica em que o reconhecimento mútuo obedece a um desenvolvimento espiral em que, a cada nova forma de reconhecimento social, o indivíduo aprende a conhecer e a realizar novas dimensões de sua própria identidade” (SOUZA, 2000, p. 99).

Pode-se dizer então que o que importa no espaço público não é agradar minorias, mas sim questioná-las e propor novas formas de entendimento baseado não na troca de vantagens ou da barganha, mas na moral. Isto é, levando em consideração a definição que os próprios sujeitos fazem do bem-viver: “Os atores precisam evocar e conferir um significado público de suas próprias interpretações de quem são ou de quem gostariam de ser, de seus interesses, aspirações e desejos” (MAIA, 1999, p. 21).

O desrespeito e a desvalorização sofridos pelos surdos são passíveis de um questionamento baseado na moral, já que esses tipos de injustiça pertencem a um conjunto de práticas condenado pelas tradições morais. Axel Honneth, citado em Silva (2000), desenvolve um conceito de luta pelo reconhecimento moralmente motivada. Ele acredita que a auto-realização do indivíduo só é possível através do reconhecimento em três esferas da vida: a família, a sociedade e os direitos. Nesse sentido, a justiça não é vista apenas no âmbito das leis, e sim como uma justiça moral, que deve se estender também para os âmbitos íntimo e da sociedade. Honneth defende a idéia do reconhecimento da dignidade como parte vital do conceito de justiça baseada na moral.

A família: lugar de reconhecimento na esfera íntima

A família é o local, por excelência, onde ocorre a socialização primária dos indivíduos. Logo ao nascer, a relação maternal já é aquela que primeiro estabelece o contato do filho com o mundo e com o outro. A família é o meio onde as primeiras interações acontecem e onde se estabelecem relações de amor e de afeto. Esses sentimentos amorosos são o suporte da autoconfiança desenvolvida pelos sujeitos, ao longo de suas vidas, e tudo isso se vê relacionado com o reconhecimento obtido

na esfera íntima (HONNETH, 2001 *apud* MARQUES, 2002). Não se trata de admirar qualidades do sujeito, mas sim lhe oferecer segurança para as diversas situações a serem encontradas pela vida.

A importância da família para a pessoa surda é a mesma em relação a qualquer pessoa. O afeto familiar ultrapassa as questões sentimentais e influi na auto-estima do indivíduo e na constituição de sua identidade perante si mesmo e perante a sociedade. Em geral, a expectativa dos pais é que o bebê seja parecido com a maioria das crianças, e como a surdez não é uma deficiência percebida imediatamente, os pais sempre tratam a criança como ouvinte até descobrir a surdez. Eis o primeiro obstáculo inconsciente para a troca do amor maternal com o filho surdo. A começar pelos primeiros contatos que a mãe tem com a criança, que deve ser sempre visual ou corporal. Mas, por não saber da surdez do filho, a maioria dos estímulos e dos gestos de amor são feitos através de sons. Brincadeiras, cantigas de ninar e até mesmo um esforço para tornar a voz mais suave para o bebê fazem parte do relacionamento, não só da mãe com o filho, mas da maioria das pessoas que porventura vierem a ter contato com a criança.

A Revista da Feneis mostra as dificuldades enfrentadas pelas famílias de surdos, não só no que diz respeito à aceitação da surdez, mas no procedimento adotado em relação à criação, educação e socialização desse filho. Uma das reportagens traz uma pesquisa da Universidade Luterana do Brasil, que mostra a reação dos pais ao receberem a notícia da surdez do filho. Quatro mães foram entrevistadas e chegou-se à seguinte conclusão: “No que se refere às reações das mães, no momento do diagnóstico, foram expressos sentimentos tais como tristeza, choro, resignação e inadequação” (REVISTA DA FENEIS, 1999, n. 1, p. 8).

Como podemos perceber através do trecho acima selecionado, as famílias têm no imaginário a idealização do futuro filho. E quando se deparam com o diagnóstico de surdez não sabem como reagir. As famílias têm diante de si apenas a orientação médica.

“Nós, pais ouvintes, o que sabemos do mundo dos surdos? Como imaginar o futuro desse filho? Que apostas podem ser bancadas? Bem, se pelo menos falasse... mas... falará? Não falará? E a medicina, que tantas promessas faz, poderá reparar esse dano? Bem, talvez haja um equívoco! Melhor consultar outro especialista.

Tantos diagnósticos, tantas tentativas, tantos desencontros!

Implante coclear. Língua de Sinais. Escola comum. Escola especial. Devo falar? Posso fazer gestos? Ele não me entende (nem eu a ele!). Frente a tantos impasses, melhor conversar com o médico. Bem, o médico me encaminhou para uma fonoaudióloga. Parece que ela vai ensinar meu filho a falar!(....)

O anseio frenético com que muitos pais se lançam na busca daquilo que eles acreditam ser a reabilitação da surdez é exemplo do quanto é preciso sustentar a crença de que a surdez seja algo a ser eliminada, recomposta, suturada, dissimulada. Nesse contexto a criança desaparece. Não há lugar para um filho! Tudo gira em torno da falta de audição. Há apenas um ouvido a ser consertado!

É preciso resgatar o real. Estabelecer a realidade dessa criança que não escuta. É preciso nomeá-la uma criança surda. Isso implica que os pais não se resignem à posição de privilégio da deficiência: “É surdo, nada a fazer”.(...)

É preciso resgatar essa criança. Deixá-la nascer. Isso significa humanizá-la, refazer apostas; apostas pautadas naquilo que, em última instância, é a tarefa dos pais: a educação. (...) São os pais, e somente eles, que têm a possibilidade de fazer da criança um outro humano, de dar-lhe um nome, uma filiação.(...)

É preciso cautela. Se os pais forem deslocados do lugar de pais e os colocarmos no lugar de reabilitadores, em posição de “professores”, estaremos subvertendo a ordem da família” (REVISTA DA FENEIS, 2003, n. 18, p. 13 E 14).

Para reverter essa situação, a Revista traz, além desses questionamentos, informações e orientações para os pais.

“Como professora, tenho constatado como é difícil a relação dos filhos Surdos com seus pais ouvintes. Minha família é toda de ouvintes e tenho a dizer que é tarefa difícil falar dessa relação. (...) A palavra que encontro para explicar essa dificuldade é tristeza, pois nossos pais, nos anos 70 e 80, não receberam informação sobre a importância da Língua de Sinais como os pais agora recebem. (...) Mas é histórico o fato dos pais receberem a primeira orientação por parte dos médicos que, pela contingência de sua formação, dão orientação médica, é claro. E os médicos não conhecem a vida dos Surdos na intimidade e também desconhecem um fato muito importante que é a formação da identidade Surda; esta só ocorre quando a criança convive com outras também Surdas.” (REVISTA DA FENEIS, 2001, n.5, p.4)

A informação dada pelos médicos é envolvida não só pelas características do conhecimento desse profissional, como pela idéia de correção que ela transmite. E essa correção, muitas vezes, é sinônimo de desrespeito. Segundo Honneth, a agressão física é uma das formas de desrespeito. Ao submeter os surdos a um implante coclear, os pais e fonoaudiólogos estão usando de um artifício cruel e desumano, que viola o corpo, já que o procedimento de implantação é uma cirurgia. Além da agressão física, os surdos ainda precisam usar um aparelho que fica fixado atrás da orelha, o que ainda causa um grande constrangimento. Porque não deixar que eles vivam a sua cultura, que eles se comuniquem através da língua de sinais e

que deixem de passar pelas terapias de reabilitação? Isso não é conformismo, é reconhecimento da diferença.

Diante de todas essas entrevistas e reportagens, pode-se perceber que existem dificuldades de aceitação do surdo na família. Isso demonstra que as aspirações e desejos dessa pessoa nem sempre podem ser realizados e que sua auto-estima e sua autoconfiança podem ser abaladas por essa incompreensão e pelo não-reconhecimento da família. “Muitas crianças Surdas que se tornam adultos Surdos dizem que, o que mais desejavam era poder se comunicar com os pais” (REVISTA DA FENEIS, 1999, n. 1, p. 26).

A luta pelo reconhecimento no âmbito legal

O segundo tipo de reconhecimento indispensável para a constituição das identidades dos sujeitos, segundo Honneth, é o reconhecimento no âmbito legal. A negação dos direitos aos indivíduos os impede de exercer o papel argumentativo e de deliberação no espaço público de discussão. Com essa privação, os sujeitos ficam prejudicados nas discussões, não só de seus interesses, como também dos assuntos que perpassam a sociedade. Para que nas esferas públicas de deliberação nenhum ator social tenha privilégios sobre os outros, é preciso que todos participem dos debates de modo igual, ou seja, com igual reconhecimento.

Enquanto, na esfera íntima, a falta de reconhecimento gera prejuízos na autoconfiança, a falta de reconhecimentos de direitos prejudica o auto-respeito. Se as demandas legais são negadas, isso interfere no modo de se enxergar como capaz, gerando exclusão social.

O papel do Estado é fundamental para a determinação dos direitos dos discriminados. As idéias liberais pregam a neutralidade do Estado em relação às reivindicações das minorias e defendem a idéia de que as questões sobre o reconhecimento devem ficar restritas ao âmbito da família e dos grupos comunitários, como associações e Igrejas (KYMLICKA, 1994, *apud* COSTA, 2000). Essa é uma visão que tende a homogeneizar as diferenças, na medida em que não as reconhece como pertencentes ao Estado-nação. Deixar que outros setores da sociedade questionem o reconhecimento é deixar que as idéias dominantes

continuem a prevalecer. Quando participa desses processos, o Estado reconhece a existência de certos grupos como legítimos, e isso faz com que o restante da sociedade seja influenciado por essa legitimação.

A luta pela aprovação e aplicação das leis é uma constante no movimento surdo. A Revista da Feneis traz uma seção chamada “Libras: como anda a regulamentação”. Em todos os números, essa seção traz as novas conquistas no âmbito legislativo. As notícias mostram o percurso legal trilhado pelos surdos para terem atendida a sua maior reivindicação: a regulamentação da Libras como língua oficial brasileira. A regulamentação aconteceu em abril de 2002.

Senso comum e sociedade atuam diretamente na construção da auto-estima

A desvalorização dos estilos de vida pela sociedade caracteriza um forte desrespeito a determinados grupos sociais, que sofrem, a todo instante, injustiças. A comunidade surda sofreu e sofre ainda hoje preconceitos, estigmas e a manutenção de um estereótipo do sujeito incapaz. Mudinho, macaco, deficiente mental, doente, incapaz, todas essas denominações refletem o desrespeito com os surdos e o desconhecimento da cultura vivida por eles. A Língua de Sinais é outro elemento que freqüentemente mostra-se confundido com mímica, gesto ou linguagem de sinais. Essas situações, além de caracterizarem a falta de informação, constituem elementos que reforçam os estereótipos e impedem a redefinição da imagem daqueles que sofrem o preconceito.

O reconhecimento no campo da estima social envolve uma redefinição da imagem por aqueles que discriminam e pelos próprios discriminados, gerando um novo entendimento negociado. “Enquanto o direito garante o reconhecimento de características universalizáveis das pessoas sob formas particulares, a valoração social garante o reconhecimento de certas qualidades diferenciais entre os sujeitos segundo formas culturais genéricas (SOUZA, 2000, p. 119)”. Dito de outra forma, mesmo com a característica universalizável do direito, a valoração social é o lugar do reconhecimento das diferenças, porém com igualdade de oportunidades. Surge aí uma sensação legítima de autovalorização (SOUZA, 2000). Mas isso só é possível através do levantamento das questões que tratam da desvalorização num

espaço público de discussão, onde o indivíduo ou grupo social se esforça para revelar o porquê de serem valorizados (HONNETH, 1995; *apud* MARQUES, 2002).

A partir dessa negociação de sentidos em busca da valorização do outro, surgem os processos de aceitação e de encorajamento das habilidades individuais dos sujeitos. Entretanto, chegar a esse quadro de respeito à diferença requer, muitas vezes, um distanciamento ou uma reformulação das tradições (GIDDENS, 1997). A tradição é caracterizada por práticas e por idéias cristalizadas. Romper com elas significa muito mais que negociar sentidos. É reconstruir valores.

A discriminação sofrida pela comunidade surda é mantida num conjunto de idéias que fazem parte das tradições. A Revista da Feneis ilustra bem essas situações que perduram até hoje, como mostra esta entrevista:

Wanda Lamarão: (...) Quando chegava um cliente e batia na porta e eu ia atender, muitas vezes ele perguntava: a mudinha está? Eu ficava doida de raiva e já ia repreendendo: “Minha mãe não é muda, é Surda! E além disso, ela tem nome. (...) Uma vez, pequena ainda, discutindo com uma colega, ela quis me agredir e disse: “Vê se tenho família da sua laia. Tudo macaco!”

Jerry Teixeira: Uma vez, com apenas 8 anos, estava com minha mãe no trem, conversando em Libras. Duas senhoras depois de muito olhar, comentaram: “Nossa Senhora, que pena, um garotinho tão bonitinho e surdo-mudo, coitado!” (REVISTA DA FENEIS, 1999, n. 3, p. 10)

A falta de reconhecimento da cultura surda se reflete em prejuízos para o desenvolvimento pessoal e profissional dessas pessoas. O artigo “Trajetória dos Surdos na Universidade: um embate pessoal”(REVISTA DA FENEIS, 1999, n. 4, p. 26), reflete o desrespeito sofrido em uma Universidade, que não aceitava contratar um intérprete de Libras para a aluna surda. A ausência desse profissional numa sala de aula, onde a maioria é ouvinte, prejudica o aluno surdo, que, mesmo fazendo leitura labial, não consegue absorver todo o conteúdo. Na época da publicação desse artigo, em 1999, a Libras ainda não era oficializada e a aluna tinha boas notas. Esse foi um dos argumentos utilizados pelo Reitor para não contratar o profissional. Além disso, ele alegou que o intérprete causa “inconvenientes” aos alunos ouvintes.

CONCLUSÃO

Diante do presente artigo, conclui-se que a relevância da busca pela visibilidade é algo que ultrapassa a simples exposição. A Revista da Feneis consegue ir além dessa exposição na medida em que argumenta e apresenta as questões de modo racional aos interessados e desperta neles uma atitude reflexiva. A Revista, além de sensibilizar os leitores surdos e ouvintes, busca uma mobilização dos afetados. Os passos dessa mobilização ainda são pequenos, pois a surdez envolve uma pequena parcela da sociedade e nem todos mantêm contato com os surdos. Mas é preciso que as informações básicas, as idéias de identidades coletivas e da diferença cheguem ao conhecimento de todos, para aquilo que se apresenta como desrespeito e discriminação poder ser desafiado e para que os modelos aconselhados por médicos possam ser questionados pelos pais de surdos e por eles mesmos.

Além disso, as histórias pessoais também funcionam como argumentos na busca por reconhecimento e na construção das identidades, pois, além de fornecerem padrões de identificação, ao contar histórias, o que era privado se torna público, e, sem a Revista, provavelmente permaneceria restrito à esfera íntima. Os depoimentos trazem, constantemente, tentativas de auto-afirmação através de experiências de sucesso na profissão, estudo ou família. Eles procuram mostrar que, além do sentimento de pertença a um grupo, os surdos passaram a aceitar-se como diferentes e como usuários de outra língua. Essa é uma construção intersubjetivamente compartilhada, que faz com que os indivíduos reformulem suas identidades e se apresentem de forma autoconfiante para os outros. Os freqüentes depoimentos de casos bem sucedidos são um exemplo disso. É claro o resgate da auto-estima a partir do envolvimento com os questionamentos sobre o “ser surdo”. Eles passam a se sentir moral e politicamente iguais. Por outro lado, o reconhecimento legal caminha bem à frente do reconhecimento nas esferas íntima e social, mas já se percebem questionamentos proporcionados pelas políticas de inclusão que reúnem, nas mesmas escolas, crianças surdas e crianças ouvintes. Esses questionamentos também são possíveis pela presença de surdos em vários ramos de atividade, inclusive nas universidades. Essa saída dos surdos dos lares e dos muros das instituições especiais, aliada à luta do movimento que busca

visibilidade também através da Revista, começa a reverter os paradigmas da normalidade.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p.15-89.

COSTA, Sérgio; WERLE, Denilson Luís. Reconhecer as diferenças: Liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. **Teoria Social e Modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.207-236.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: Política, tradição, estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p.57-121.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999. p.102.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Identidades em contextos globalizados e multiculturais – Alguns dilemas da igualdade e da diferença. **Revista Geraes** – UFMG, Belo Horizonte, n. 50, p.12-25, 1999.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro & MAIA, Rousiley. O apelo emocional e a mobilização para a deliberação: o vínculo homoerótico em telenovelas”. **Contemporânea** – Revista de Comunicação e Cultura/Journal of Communication and Culture, v.1, n.1, p.83-114, dezembro de 2003.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Da esfera cultural a esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizadas nas telenovelas e a luta pelo reconhecimento**. 2002. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, p.47-86.

PERLIN, Gladis T. T. **História dos Surdos**. Caderno Pedagógico – Pedagogia para Surdos. Florianópolis: UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina/ CEAD, 2002. p.107.

SILVA, Josué Pereira. Cidadania e Reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. **Teoria Social e Modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.123-135.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. p.73-103.

SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, Jessé. Charles Taylor e a teoria crítica do reconhecimento. In: **A modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p.96-123.

TAYLOR, Charles. **El Multiculturalismo y “La Política del Reconocimiento”**. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1992. p.43-107.